

# O Acordo de Associação entre a Tunísia e a União Européia

ABDELALI JBILI E KLAUS ENDERS

**O Acordo de Associação entre a Tunísia e a União Européia dispõe sobre a ampla liberalização do comércio exterior e maior cooperação em muitas áreas. Ele oferece à Tunísia uma oportunidade para tirar proveito do progresso econômico já alcançado e fortalecer ainda mais as relações com seu parceiro comercial mais importante.**

**D**URANTE séculos, a localização da Tunísia fez dela uma intermediária natural entre o Oriente Médio e a Europa, que permanece sendo o principal parceiro econômico da Tunísia. Nos últimos anos, a Europa respondeu por cerca de 80% das exportações e 70% das importações da Tunísia, enquanto turistas e investidores europeus contribuíram com 90% tanto das receitas do turismo quanto dos investimentos externos diretos no país (ver gráfico). Quase 80% dos 600 mil trabalhadores migrantes tunisianos vivem na União Européia (UE), e suas remessas representam entradas anuais de divisas equivalentes a 3-4% do PIB da Tunísia.

Na última década, a Tunísia adotou uma estratégia de reforma econômica destinada a criar uma economia baseada no mer-

cado e movida pelo setor privado que se mostra cada vez mais aberta para os bens e mercados de capital do mundo. Em meados dos anos 80 foi iniciada a liberalização gradual do comércio exterior da Tunísia, complementada pela liberalização do sistema cambial, que culminou em 1993 com a instauração da convertibilidade em conta corrente e a aceitação das obrigações do Artigo VIII do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional. A Tunísia tornou-se membro efetivo do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) em 1990 e é membro fundador da Organização Mundial do Comércio.

A abertura da economia da Tunísia refletiu-se na sua crescente integração na economia mundial. Liderada pelo rápido crescimento de suas exportações não-energéticas (ver tabela), em particular no setor têxtil, a participação das exportações da Tunísia nos seus mercados tradicionais (em especial, Europa) aumentou com firmeza no período 1985-95, e a participação no PIB das exportações de bens e de serviços não atribuíveis a fatores teve uma tendência ascendente, subindo de 35% em 1982-85 até uma média de 41% em 1991-95.

Procurando aprofundar mais ainda suas relações econômicas e financeiras com a Europa, em meados de 1995 a Tunísia firmou um Acordo de Associação com a União Européia (UE). O Acordo prevê a ampla liberalização das relações comerciais, maior cooperação financeira e técnica e estreita colaboração em muitas áreas, inclusive em questões culturais e políticas.

No caso da UE, o acordo com a Tunísia faz parte de uma estratégia mais abrangente destinada a aprofundar as relações da UE com os vizinhos do Sul visando a criar uma Área Econômica Eurome-

diterrânea. (Ver o artigo de Nsouli et alii nesta edição.) Há pouco foram firmados acordos com Israel e Marrocos, estando outros em negociação com diferentes países mediterrâneos como o Egito, Jordânia e Líbano.

## Disposições do Acordo

O Acordo estabelece a progressiva liberalização do comércio de produtos industrializados ao longo de 12 anos. Segundo os acordos anteriores de comércio exterior e cooperação em vigor desde 1976, quase todas as exportações industriais da Tunísia tinham acesso livre aos mercados da UE. (A principal exceção eram certos têxteis, para os quais, entretanto, uma limitação voluntária das exportações raramente era impositiva.) Segundo o novo Acordo, esse acesso preferencial será mantido e estendido aos têxteis, enquanto a Tunísia, dentro de um prazo de 12 anos, eliminará todas as barreiras alfandegárias e não-alfandegárias às importações industriais da UE, respeitando-se uma série de dispositivos de salvaguarda. Restrições quantitativas e tarifas que incidem sobre um grande número de bens, em particular equipamentos, serão abolidas assim que o Acordo entrar em vigor. Para outras categorias de produtos, as tarifas serão eliminadas por etapas num prazo de 12 anos, embora algumas possam ser mantidas de conformidade com a proporção de insumos agrícolas (o "elemento agrícola") não liberalizados em alguns bens.

Não está prevista a liberalização abrangente do comércio exterior para a agricultura, mas o Acordo dispõe que a UE e a Tunísia revisarão o regime do comércio agrícola no ano 2000. Para produtos agrícolas específicos, o Acordo consolida e em

Abdelali Jbili,  
cidadão do Marrocos, é chefe de Divisão do Departamento do Oriente  
Médio do FMI.

Klaus Enders,  
cidadão da Alemanha, é subchefe de Divisão do Departamento do  
Oriente Médio do FMI.

alguns casos aperfeiçoa o atual acesso preferencial mútuo.

O Acordo vai muito além da atual estrutura de cooperação ao determinar uma ampla harmonização do quadro jurídico com o objetivo de eliminar aos poucos quaisquer práticas que desvirtuem o comércio exterior entre os parceiros, tais quais monopólios, subsídios governamentais ou privilégios concedidos a empresas estatais. Deverá ser fortalecida a cooperação econômica e financeira, em particular para dar apoio a indústrias que enfrentarão dificuldades de reajuste à prevista liberalização do comércio exterior, promover a integração regional intra-Magreb e incentivar a conservação ambiental. O Acordo estipula a harmonização das normas e padrões (em transporte, telecomunicações etc.), bem como das regulações e regras referentes a serviços de contabilidade e finanças, estatísticas e aduanas. O apoio financeiro para as medidas de reajuste e desenvolvimento da Tunísia será proporcionado com recursos da UE de conformidade com a Iniciativa Mediterrânea da UE.

Na esfera social, o Acordo busca o diálogo sobre questões sociais e define áreas prioritárias para uma cooperação ativa, por exemplo, a redução da imigração para a Europa mediante o apoio à Tunísia voltado para o desenvolvimento regional, medidas para reintegrar imigrantes ilegais no seu país de origem, a promoção do papel da mulher no desenvolvimento e o fortalecimento de serviços sociais básicos, em particular para a mulher e a infância. O Acordo também consolida os atuais direitos e deveres dos trabalhadores estrangeiros.

### Impacto do Acordo

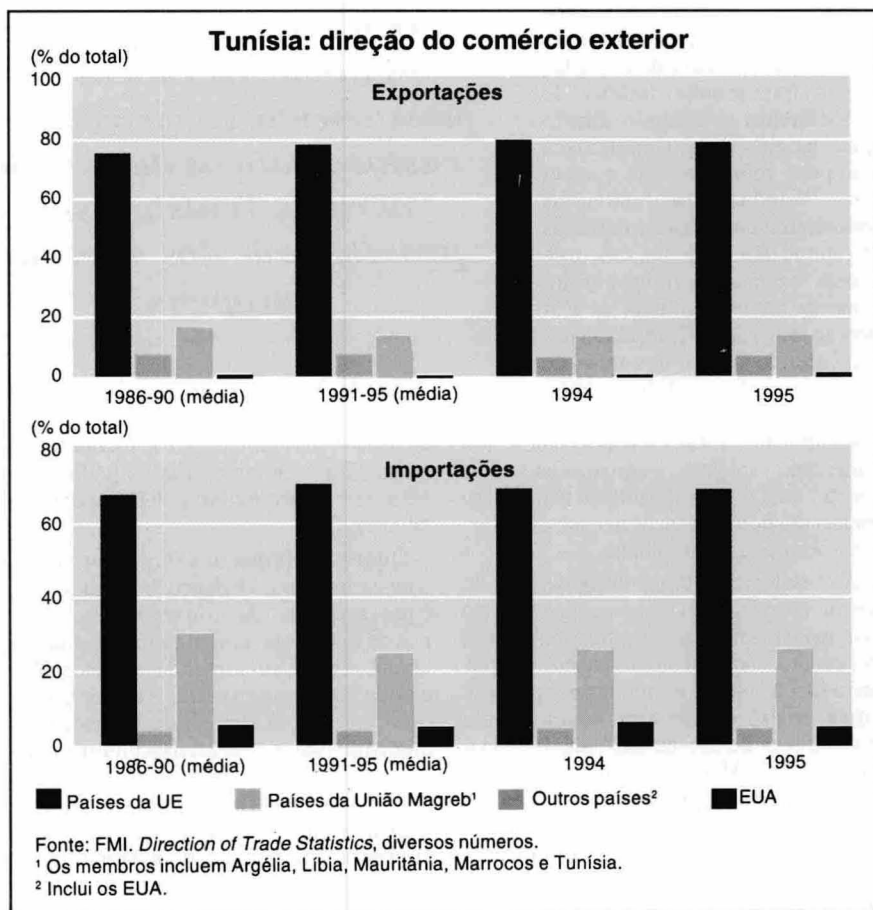
O Acordo representará um passo importante rumo à integração da economia da Tunísia na economia da UE e do mundo em geral. Constitui, pois, uma extensão lógica de uma década de reformas econômicas que ajudaram a diversificar a economia, reduzir os desequilíbrios internos e externos, liberalizar o comércio exterior e os incentivos bem como fortalecer o sistema financeiro.

Não obstante, persistem alguns pontos fracos na economia da Tunísia. De modo especial, o protecionismo efetivo continua elevado em diversos setores (por exemplo, têxteis), enquanto as indústrias nacionais, compostas na maioria de pequenas e médias empresas familiares, permanecem frágeis e excessivamente dependentes do protecionismo comercial e do apoio do governo. Ademais, embora os custos da mão-de-obra sejam relativamente baixos na Tunísia, a falta de uma infraestrutura adequada, os elevados custos energéticos, a falta de áreas industriais e as distorções quanto aos restantes controles de preços e à burocracia, tudo isso pre-

judica a competitividade. O apoio prestado pela União Européia nos termos do Acordo deverá incentivar as autoridades tunisianas a empreender as reformas necessárias para resolver tais problemas.

É provável que o Acordo exerça profundo impacto sobre a economia da Tunísia, embora sejam difíceis de prever as prováveis mudanças setoriais que produzirá e a sua exata oportunidade. A longo prazo, os ganhos decorrentes do Acordo em termos de crescimento e emprego deverão provir da redistribuição dos fatores de produção para setores nos quais a Tunísia tem uma vantagem comparativa, bem como das economias de escala associadas com a integração da Tunísia num mercado mais

amplo. O volume desses ganhos sociais dependerão do ritmo da reaplicação da mão-de-obra e do capital, bem como do volume do comércio exterior criado ou desviado e, portanto, da extensão de qualquer liberalização concomitante das importações de países fora da UE. A Tunísia poderá desfrutar de ganhos maiores se os seus produtos agrícolas conseguirem melhor acesso aos mercados europeus durante o período de transição. Um estudo encomendado pelo Ministério da Cooperação Internacional e Investimento Estrangeiro da Tunísia constata ganhos anuais permanentes de 1,4% do PIB a longo prazo (quando todos os fatores de produção são redistribuídos) e ganhos maiores quando



### Tunísia: indicadores econômicos 1985-95

	1985-90 média	1991-95 média	1994	1995
	(variação percentual)			
PIB real	2,8	4,2	3,4	3,5
Inflação	7,2	5,6	4,7	6,2
Crescimento exportações não-energéticas (volume)	13,0	6,7	20,8	2,9
Déficit da conta corrente (% do PIB)	-3,3	-5,1	-2,9	-3,7

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades da Tunísia e estimativas do corpo técnico do Fundo Monetário Internacional.

a liberalização abrange também importações de fora da UE. A curto prazo, quando a mão-de-obra, mas não o capital, pode ser redistribuída, calcula-se que os ganhos são insignificantes.

Ganhos dinâmicos podem resultar tanto da criação de maior capacidade produtiva quanto do aumento da produtividade. O investimento, inclusive investimento externo direto, deve aumentar devido à redução da incerteza implícita na adoção das normas e regulações da UE, ao "bloqueio" percebido das reformas por causa do Acordo e à provável aceleração do avanço da Tunísia rumo a uma economia inteiramente aberta e baseada no mercado. O Acordo viria, assim, reforçar os atuais incentivos ao investimento, como os baixos custos relativos da mão-de-obra da Tunísia e sua proximidade dos mercados europeus. As experiências de Portugal e da Espanha, que atraíram grandes influxos de investimento estrangeiro direto após sua entrada na Comunidade Européia, reforçam essa conjectura. Contudo, outras influências poderão tender a atrasar entradas de capital. Por exemplo, o Acordo poderá fazer os incentivos se inclinarem ao investimento na Europa ao invés de na Tunísia em decorrência do "efeito dos raios de cubo", pois os investidores que escolherem a Europa como o local da produção ganhariam maior acesso a exportações para o mercado tunisiano, enquanto as firmas que produzissem na Tunísia ganhariam apenas um pouco mais de acesso aos mercados europeus e mundiais.

O crescimento da produtividade pode ser incentivado pela erosão das rendas monopolistas internas, e a maior abertura da economia pode acelerar a absorção, por parte da economia, de melhores práticas e tecnologias estrangeiras, aumentando assim a taxa de crescimento da Tunísia a longo prazo. Afora a liberalização do comércio exterior, é provável que a prevista adoção de normas comuns e a melhoria dos serviços de telecomunicações e transportes resultem em maior acesso e melhores preços para as exportações tunisianas e, portanto, em maiores ganhos econômicos a longo prazo.

A criação de empregos também pode aumentar, graças à vantagem comparativa da Tunísia nos setores intensivos de mão-de-obra. Mas a redistribuição dos recursos humanos e do capital para esses setores que oferecem vantagem comparativa poderia provocar um desemprego temporário, pois algumas das atuais empresas industriais podem desaparecer através de liquidações ou fusões, enquanto outras sobreviveriam apenas depois de sofrer um profundo reajuste.

O Acordo produzirá forte impacto fiscal em decorrência da eliminação dos impostos de importação. A perda da receita fiscal oriunda dos impostos de importação, que atualmente corresponde a cerca de um quinto da receita fiscal total, é estimada em até 3,5% do PIB no final do período de 12 anos, e poderia ser ainda maior se os impostos de importação de países fora da UE também fossem eliminados. Na medida em que o Acordo resultar em crescimento econômico mais rápido, tais perdas poderão ser parcialmente neutralizadas por receitas mais altas oriundas de impostos internos. Não obstante, é preciso um esforço considerável a fim de deslocar o ônus fiscal para fontes internas, especial-

***“O Acordo viria reforçar os atuais incentivos ao investimento, como os baixos custos relativos da mão-de-obra da Tunísia e sua proximidade dos mercados europeus.”***

mente se levarmos em conta o possível enfraquecimento transicional do setor industrial. Uma combinação de medidas voltadas para receitas e gastos poderá ser necessária para evitar a deterioração da situação fiscal.

Quanto ao impacto sobre a poupança, o investimento e o balanço de pagamentos, é provável que o Acordo resulte, pelo menos de início, em menor poupança e maior investimento, aumentando assim os déficits do comércio exterior e da conta corrente externa. A eliminação das restrições quantitativas e das tarifas poderá estimular o consumo privado ao tornar disponível uma faixa mais ampla de bens de consumo, enquanto o investimento poderá aumentar em decorrência da maior entrada de capital privado e dos esforços para expandir ou melhorar a capacidade produtiva. Além disso, serão necessários volumosos investimentos na infraestrutura a médio prazo a fim de melhorar o ambiente econômico e ajudar a atrair maiores fluxos de investimento estrangeiro direto.

A provável piora inicial da conta corrente externa refletirá a aceleração do crescimento das importações motivada pelos efeitos de substituição e aumento dos investimentos em geral. Considerando que a Tunísia ganhará pouco acesso adicional para suas exportações, exceto de alguns produtos agrícolas, o esperado aumento das exportações

resultará principalmente da redistribuição de recursos da produção destinada à substituição de importações para as indústrias de exportação, do aumento do investimento nessas indústrias e dos ganhos de produtividade. A médio prazo, contudo, esses efeitos poderão ser revertidos na medida em que o aumento da concorrência e outros efeitos do Acordo estimularem ganhos de produtividade de mais rápidos no setor de bens comerciáveis.

## **Conclusões**

A aplicação do Acordo imporá a adoção de uma ampla agenda de modernização e reformas estruturais destinadas a facilitar a redistribuição de recursos para setores que gozam de vantagens comparativas e a conter os custos transicionais nos próximos anos. O programa de reestruturação (*mise à niveau*) industrial, que está sendo implementado com a assistência da UE e do Banco Mundial a um custo total de US\$2,5 bilhões no período de 1996-2000, deverá ajudar a indústria privada da Tunísia a se preparar para o aumento da concorrência. Em um nível mais global, a maior disciplina na conduta de políticas macroeconômicas será um fator crucial do sucesso da Tunísia no usufruto dos

plenos benefícios do Acordo. A consolidação fiscal e políticas monetárias prudentes destinadas a baixar a inflação aos níveis europeus, somadas a uma boa política cambial, ajudariam a preservar a estabilidade financeira e a atrair a entrada de capital privado. Ao mesmo tempo, impõem-se políticas salariais prudentes para ajudar a manter os custos sob controle e a fortalecer a competitividade da Tunísia.

A maior integração na economia mundial através da liberalização do comércio exterior deve andar de mãos dadas com a maior integração nos mercados financeiros globais, incluindo o avanço no sentido da plena convertibilidade do dinar. A maior concorrência entre os bancos e novos progressos na direção da maior determinação pelo mercado da alocação do crédito e das taxas de juros facilitarão o reajuste e a redistribuição da mão-de-obra e do capital. A reforma da bolsa de valores já lançou a base para uma crescente capitalização do mercado, sendo provável, no contexto da modernização geral do setor industrial e da privatização das empresas estatais, um maior recurso aos investimentos em capital. A aceleração do programa de privatização e a maior liberalização do investimento estrangeiro em carteiras de valores, bem como outras transações de capital, reforçariam o papel da bolsa e da Tunísia como mercado emergente. [F&D]